

Planalto mantém novo pacote de pesquisas sob sigilo

Para procurador e especialistas, medida contraria Lei de Acesso à Informação; contratos vão até as vésperas do período eleitoral

Caio Junqueira / BRASÍLIA

O Palácio do Planalto firmou dois contratos avaliados em R\$ 6,4 milhões para realizar pesquisas de opinião pública que se estenderão até as vésperas da campanha eleitoral de 2014. Celebrados com o Ibope Inteligência e Virtú Análise na sequência das manifestações de junho, os contratos, que preveem sigilo indefinido dos temas, perguntas e resultados das pesquisas, são os primeiros dessa natureza celebrados pela Secretaria de Comunicação da Presidência (Secom) na gestão Dilma Rousseff após a entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação (LAI).

Em sua cláusula segunda, inciso 10, os contratos dizem que os institutos de pesquisa deverão manter “irrestrito e total sigilo” sobre os “assuntos de interesse” do governo. O Estado solicitou o conteúdo das pesquisas já realizadas com base na Lei de Acesso. A Secom, no entanto, rejeitou o pedido. O sigilo contraria entendimento do próprio órgão federal responsável pela transparência, a Controladoria-Geral da União (CGU). Segundo o ouvi-

dor-geral da União, José Eduardo Romão, todas as informações que constam das pesquisas deveriam ser divulgadas imediatamente e o sigilo contratual não afasta o princípio da publicidade. “A informação é pública, mesmo que o contrato estabeleça que a informação é sigilosa. A CGU já entendeu em casos anteriores semelhantes que esse sigilo não afasta a aplicação da Lei de Acesso à Informação. No momento em que a empresa repassa a informação para órgão público, essa informação torna-se pública.”

O procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), Marinus Marsico, também critica a falta de transparência. “É um procedimento perigoso. Pelo princípio da publicidade, tudo é público. Essas informações só podem ser sigilosas se a lei especificar a preservação do sigilo, o que não é

● **Diagnósticos**
Pesquisas telefônicas são mais baratas, mas menos precisas e apontam tendências de opinião. As quantitativas são mais caras e mais precisas. As qualitativas levantam aspectos subjetivos sobre um assunto.

o caso. Os documentos quando sigilosos são regulados por lei. Todos têm de entender que isso envolve dinheiro público.”

A Secom informa que as pesquisas serão divulgadas três meses após o governo recebê-las. Esse prazo, porém, além de não constar do contrato, não vai ser cumprido na primeira leva de pesquisas porque a Secom definiu que apresentará os resultados apenas em dezembro. Além de serem os primeiros contratos de pesquisa realizados após a LAI, são os primeiros sob a égide de uma nova legislação de 2010, decorrente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Correios, que obrigou, dentre outros pontos, o governo a firmar acordos específicos para pesquisas de opinião sobre serviços públicos. Antes, as agências de comunicação responsáveis pelas campanhas de publicidade também realizavam pesquisas, em um contrato que abrangia os dois serviços.

Tarefas. O Ibope Inteligência ficou responsável pelas pesquisas quantitativas e telefônicas, ao valor de R\$ 4,6 milhões. O Virtú Análise, contratada por R\$ 1,8 milhão, cuida das pesquisas qualitativas. Em ambos os



Informação. Institutos vão mensurar aceitação popular de políticas adotadas por Dilma

● **Despesa**
R\$ 6,4 mi
é o valor total dos contratos que o governo federal firmou com duas empresas especializadas em pesquisas de opinião pública, que preveem o sigilo de temas, perguntas e resultados

casos, o período das pesquisas se encerra a poucos dias do início da campanha eleitoral de 2014. O contrato da Virtú Análise foi fechado no dia 1 de julho deste ano e se encerra em 1 de julho de 2014. O do Ibope foi firmado em 27 de junho e também terminam um ano depois. A campanha eleitoral começa no dia 6 de julho de 2014. O presidente da ONG Trans-

parência Brasil, Cláudio Abramo, afirma que o modelo adotado pela Secom pode ser aproveitado para fins eleitorais. “São contratos que parecem ser muito vulneráveis. O formato abre possibilidade de que pesquisas realizadas às vésperas da eleição possam ser utilizadas durante a campanha. Além disso, a data do término do contrato, em junho de 2014, é muito conveniente para que as informações adentrem a campanha com exclusividade para apenas uma candidatura”, diz.

Para o ministro José Jorge, do TCU, conforme se aproxima o período eleitoral “tudo é olhado pela opinião pública como se tivesse esse viés”. “Por isso é bom evitar procedimentos como esse.”

Os dois institutos disseram que cláusulas de sigilo são comuns nesses tipos de contrato.

Presidenciais. O governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB), provável candidato a presidente, foi questionado, via assessoria, sobre as pesquisas de opinião contratadas por sua gestão, os valores gastos e os temas abordados, mas não respondeu. Outro provável candidato, o senador Aécio Neves (PSDB-MG), também foi questionado, por meio da assessoria do PSDB, sobre o valor dos contratos de seu partido com institutos de pesquisa. Também não houve resposta.



DIVULGAÇÃO

“A informação é pública, mesmo que o contrato estabeleça que a é sigilosa”

José Eduardo Romão, ouvidor-geral da União

Governo afirma que informações serão abertas após análise

Responsável pelo setor de pesquisas no Planalto assegura que todos os dados serão divulgados 3 meses após sondagem

O responsável pela área de pesquisas de opinião pública da Secretaria de Comunicação (Secom) da Presidência, Wladimir Gramacho, afirma que o governo não faz pesquisas de cunho eleitoral, embora admita que resultados das pesquisas possam servir para o processo.

“Claro que há informações que servem aos dois cenários. A presidente é a própria candidata, não dá para separar isso. Mas o governo pode ser tanto acusado de algo que serve para fins

eleitorais como de não fazer pesquisa e conduzir uma agenda desconectada da população”, diz Gramacho. Segundo ele, o sigilo das informações “é praxe” de pesquisas com governo ou com setor privado. “Cabe ao contratante a decisão de divulgar o conteúdo. Nunca ao prestador de serviços.”

Ele diz que a Secom irá divulgar todas as pesquisas realizadas, mas que isso só ocorrerá “quando o processo administrativo estiver concluído, os dados checados e as informações circuladas internamente”. O prazo, segundo ele, é de três meses a partir da entrega ao governo dos relatórios das pesquisas feitas pelo instituto. “Queremos garantir que o governo tenha o mínimo de tempo para reagir e

responder às pesquisas. Vamos divulgar a cada trimestre. Todos terão acesso aos relatórios. O que a gente quer é sistematizar com precisão e ver em que medida o governo vai ter capacidade de organizar uma resposta. É o tempo de o governo receber o dado ver se o dado esta certo, ter tempo de processar estatisticamente.”

Segundo Gramacho, há total transparência no formato adotado. “Todos nossos contratos e editais são públicos e estão no site da Secom. O governo Lula foi o primeiro a fazer licitação para isso. Antes os governos faziam pesquisas, mas ninguém sabia como”, justifica.

Já se passaram mais de três meses das primeiras pesquisas, feitas no final de junho e início de julho, e o material ainda não foi divulgado. Gramacho afirma que isso se deve ao fato de ser a primeira vez em que se organiza esse material.

O governo, enfatiza, só usa as pesquisas para dialogar com a população. “Não faz sentido medir intenção de voto ou qualquer aspecto eleitoral.” / **C.J.**

Marqueteiros minimizam influência de levantamentos

Para eles, pesquisas são só termômetro, pois decisões sobre políticas públicas são tomadas pela convicção do político

Especialistas em pesquisas de opinião rejeitam a ideia de que governantes são influenciados por resultados de pesquisas de opinião. Para eles, as pesquisas quantitativas e qualitativas servem mais como um termômetro e as decisões sobre políticas públicas são tomadas, de fato, pela convicção do político.

“Os políticos quando querem decidir algo, eles decidem. Pesquisa é só mais um elemento de decisão. Quando o político está decidido a falar ele vai lá e fala. Existe na vida de todo mundo um piloto automático e se uma pesquisa sugerir que alguém saia desse piloto automá-

tico, não necessariamente a pessoa vai sair. Aliás, a exceção é que saia”, diz o sociólogo Alberto Almeida, proprietário do Instituto Análise e do Instituto Virtú Análise, um dos que detém contrato com a Secom.

Popular no final. Almeida afirma que, na média, os governos têm de tomar mais medidas populares do que impopulares. “E ele vai tomar medidas impopulares no começo do governo. Mas do meio para o fim é necessário tomar medidas populares. Não é a pesquisa que define essa regra”, afirmou.

Marcos Coimbra, do Vox Populi, que dentre outras contas atende o PT, disse que quase sempre as pesquisas são para orientar a estratégia de comunicação, “não para definir políticas públicas” e que, “no Brasil, raramente acontece de o governante submeter uma proposta polêmi-

ca a um teste de qualidade”.

Para Antonio Lavareda, que tem entre seus clientes o PSDB e cuja empresa também fez pesquisas para o governador Eduardo Campos, provável candidato do PSB à Presidência, a opinião da sociedade é um vetor importante para elaboração e avaliação e acompanhamento de políticas públicas, mas os dados precisam ser analisados. “Não pode haver uma aplicação mecânica do seu resultado. Em muitos casos o governante tem muito mais informação do que está ali e em alguns momentos vai ter que fazer escolhas que contrariam a opinião pública.”

O marqueteiro Luiz Gonzalez, estrategista das últimas principais campanhas presidenciais do PSDB, disse que as pesquisas são meros “instrumentos de informação”. “O que cada um faz com as informações é outro problema”. E acrescenta: “Pesquisas servem mesmo para confirmar ou rejeitar argumentos e raciocínios. Você faz pesquisas quando você quer testar a aceitação de um argumento que você já tem”.

STF faz triagem de dados divulgados em site

Após denuncia do 'Estado' Corte tirou do ar gastos de viagens dos ministros; Tribunal alega que ainda não regulamentou lei

◆ **Felipe Recondo**
◆ **Mariângela Gallucci** / BRASÍLIA

Depois que gastos com viagens, reformas e diárias foram revelados pela imprensa, o Supremo Tribunal Federal (STF) recuou e tirou do site informações sobre despesas com passagens aéreas usadas pelos ministros e passou a fazer triagens sobre o que pode ou não ser divulgado por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI).

O tribunal alega que ainda

não regulamentou o cumprimento da Lei, mesmo estando a legislação em vigor há praticamente um ano e meio. A regulamentação dependeria da Comissão de Regimento do tribunal. Não há previsão de quando a comissão se reunirá para tratar do assunto.

O argumento passou a ser usado depois que o Estado mostrou, por exemplo, que ministros usaram passagens para viajar ao exterior acompanhado das mulheres, como o vice-presidente da Corte, Ricardo Lewandowski, inclusive durante o recesso de fim de ano. Os dados mostravam também que o presidente do STF, Joaquim Barbosa, viajava com passagem do tribunal mesmo estando de licença médica.



ED FERREIRA/ESTADÃO-18/9/2013

Transparência. Barbosa usou passagem durante licença

As informações estavam disponíveis no site do tribunal. E foram retiradas depois da publicação, sob o argumento de que haveria imprecisões nos dados

e que voltariam a ser publicadas em agosto.

Até agora, as informações sobre viagens antigas não voltaram ao ar, e o tribunal parou de

divulgar gastos das viagens mais recentes dos ministros.

Uso livre. O tribunal, na época, informou que os ministros dispõem de cota de passagem que podem usar livremente. Entretanto, a Corte recusa-se a divulgar qual o valor dessa cota e qual o instrumento legal pelo qual foi definido.

Nos últimos meses, o tribunal também negou acesso a informações sobre o registro de advogados e agentes públicos que estiveram no STF e para quais gabinetes se encaminharam. Esse tipo de informação já foi divulgada por outros órgãos públicos também por meio da Lei de Acesso.

O STF recusou-se a passar os dados “por se tratar de tema afeito à segurança do Supremo Tribunal Federal”. A Corte negou-se também a informar quanto gasta anualmente em re-

ursos públicos com despesas médicas de ministros, informação que é prestada regularmente pelo Senado, por exemplo.

Na gestão do ministro Carlos Ayres Britto nenhum dado era divulgada por meio da Lei de Acesso à Informação sob o argumento de que faltava regulamentação. Quando Joaquim Barbosa foi empossado, mesmo sem a regulamentação, algumas informações passaram a ser divulgadas. Foi possível saber que o Supremo gastou mais de meio milhão de reais para reformar dois apartamentos funcionais que seriam ocupados por ministros do tribunal.

O Estado perguntou ao Supremo, na terça-feira, quando a lei seria regulamentada, quais dados podem ou não ser divulgados e quando os gastos com passagens aéreas serão novamente publicados. O tribunal, porém, não se manifestou.